



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 062 - TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR	Suplentes de Secretário
1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB	1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
	3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
	4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 64ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE MAIO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Preocupação com a adoção de medidas pela direção do Banco do Brasil, que enfraqueceriam a instituição perante o mercado bancário. 13526

SENADOR *MÃO SANTA* – Homenagem ao Dia do Oftalmologista, com o registro da matéria publicada pelo jornal **O Dia**, intitulada “Piauí é referência nacional em oftalmologia”. 13526

SENADOR *PAULO PAIM* – Manifestação de pesar pelo falecimento do Deputado Enéas Carneiro. Transcrição de pronunciamentos sobre projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul.22 Posicionamento contrário de S.Exa. à estadualização do metrô do Rio Grande do Sul – Trensurb. Importância do debate entre a governadora do Rio Grande do Sul e os servidores públicos. Manifesto dos trabalhadores rurais sobre questões previdenciárias. Importância do ensino particular na educação brasileira e defesa do uso do Estatuto do Idoso para cumprimento dos direitos dos idosos na área da saúde. 13528

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Associação às manifestação de pesar pelo falecimento do Deputado Enéas Carneiro. 13543

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 457, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar e levantamento da sessão, pelo falecimento do Deputado Enéas Carneiro. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Papaléo Paes, Mão Santa e Romero Jucá, tendo a presidência se associado às homenagens. 13543

1.2.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações sobre a cartilha publicada pela Associação dos

Magistrados Brasileiros – AMB, intitulada “Adoção passo a passo – mude um destino” com informações sobre o processo de adoção. 13545

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sr^{as}. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 8, com Ordem do Dia anteriormente designada. 13546

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 7-5-2007

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3.525, de 2007 13553

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 64ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de maio de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sexta-feira pela manhã foram levantadas aqui, pelo nobre colega e amigo Senador Heráclito Fortes, com base em nota da imprensa, dúvidas ou preocupações sobre medidas que a direção do Banco do Brasil estaria tomando, medidas essas que viriam a enfraquecer a empresa perante o mercado bancário, notadamente os seus concorrentes privados; ou medidas só para dar lucro e prestar satisfações à banca internacional.

É exatamente o contrário, Sr. Presidente. Informou-me o Presidente do Banco do Brasil, Antonio Lima Neto, que as medidas que serão anunciadas a partir de hoje são ações de ajuste em atividades e áreas com serviços sobrepostos, que visam, ao contrário do que foi publicado, a fortalecer o Banco do Brasil. São ações que procuram antecipar-se a movimentos do mercado e que objetivam reforçar a posição do Banco do Brasil, garantir a sua sustentabilidade e manter sua posição de líder do mercado.

O Banco do Brasil tem uma administração conduzida por funcionários de carreira, inclusive seu presidente, que começou como menor aprendiz. A diretoria é dotada de alto senso de responsabilidade e está tomando decisões – como aconteceu nos últimos dois anos – que não só elevaram a lucratividade do Banco do Brasil e o conduziram à liderança na concessão de crédito, como o transformaram numa referência no mercado. O reflexo disso está na valorização das ações do Banco, que cresceram, nos últimos 10 meses, 66% na Bolsa de Valores.

Srªs e Srs. Senadores, estou tranquilo quanto à forma como o Banco do Brasil está sendo conduzido. Tenho acompanhado esse desempenho e estou seguro de que esse trabalho, essas medidas visam torná-lo melhor para a produção e para a sociedade brasileira, como, aliás, deve ser um banco público. Assegurei-me o presidente do Banco do Brasil que essas medidas serão tomadas sem prejudicar ninguém. Não haverá plano de desligamento voluntário. Será dada oportunidade a todos de se realocarem, se isto for necessário, e de decidirem sua vida com tranquilidade.

O Banco do Brasil sempre foi e é muito criterioso em lidar com as pessoas. Confio plenamente em sua administração, agora conduzida pelo Dr. Lima Neto, um servidor, como disse, da mais alta qualificação e da maior responsabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Exª dispõe de até 5 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, que preside esta sessão; senadoras e senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senador Tião Viana, a nossa missão hoje é homenagear os oftalmologistas. No Brasil, a classe médica é referência em excelência. E, orgulhoso, leio manchete do jornal **O Dia**: “Piauí é referência nacional em oftalmologia”. Hoje é o dia deles.

Senador Tião Viana, para compreender isso, vejamos: o Piauí é um pólo médico do Brasil, porque, na ditadura, Vargas, fomos o único Estado governado por um médico, Leônidas Melo; os outros interventores eram todos militares. Então, deslanchou a Medicina, e criou-se o Hospital Getúlio Vargas. Isso influenciou de tal maneira, Senador Papaléo, que há um grande número de médicos que foram extraordinários governadores no Estado. Fui um deles. Fiz um pronto-socorro anexo a este hospital. Por quê? Um dia, andando por lá, 78 pacientes estavam espalhados pelos corredores, tinha até debaixo das árvores, em um dia de grandes

acidentes. Aquilo me chocou. Em um ano, construímos um pronto-socorro anexo ao hospital, com três andares, modernizado, com centro cirúrgico, UTI, clínicas ambulatoriais, com um corpo médico e de enfermagem extraordinário. Isso foi em 1995.

Teresina é um pólo, atrai gente de todos os Estados: Ceará, Maranhão, Tocantins, e o Prefeito Firmino Filho prosseguiu um projeto de Heráclito Fortes, que foi prefeito de Teresina em 1989, quando eu era de prefeito de Parnaíba; construiu um grande hospital. Firmino Filho, como sabem, é do PSDB, partido muito forte na capital. Lembro-me de haver visitado essa instituição no começo do meu mandato, em companhia do Secretário de Saúde da época, Dr. Sílvio Mendes, hoje prefeito. Então, Senador Papaléo, por que o PSDB é muito forte na capital – V. Ex^a é do PSDB, nascido de Wall Ferraz, o maior líder político –, apesar de Firmino Filho entregar o hospital com tudo concluído, o atual prefeito não fez os convênios. Lamento, Tião Viana, pelo Hospital Pronto-Socorro de Teresina – o nosso Presidente Luiz Inácio não está sabendo dessas picuinhas. O nosso pronto-socorro é de Teresina! Não é do PSDB; é do Piauí, é do Brasil!

Lamento pelo que diz a matéria veiculada no jornal **Diário do Povo, do Piauí**, intitulada: “Crianças sofrem em lista de espera do HGV”. Ó a televisão aí! Quer dizer, a capital do Piauí volta a ter esse drama, drama que enfrentei em 1995, mas que, com a construção do pronto-socorro anexo, modernizamos o hospital com a Faculdade de Medicina. Portanto, houve um grande desenvolvimento na área médica: 30 centros de fisioterapia, hemocentros, diretores extraordinários do Hospital Getúlio Vargas. O honrado Dr. Francisco Ramos foi o primeiro. Depois, seguiu-se um dos mais brilhantes cirurgiões brasileiros, José Pergentino. A Casa viveu seus dias áureos de modernização, de lutas, conquistas e avanços. Quase todas as noites, aos sair do Palácio, Senador Tião Viana, eu percorria o Hospital, que ficava no meu caminho. E não havia mais ninguém sem leito, porque o pronto-socorro deu 120 novos leitos aos piauienses e aos que nos procuravam. O nosso governo, em saúde, foi tão, tão, tão eficiente, que criou as Faculdades de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia criadas no Piauí, promoveu o maior desenvolvimento. O Dr. Francisco Ramos, ao deixar o Hospital, deixou-o nas mãos honradas do médico Pergentino, que foi seu vice-Reitor da área de saúde pelo desenvolvimento da UESPI.

Então, essa é a grandeza da classe médica. De tal maneira que o título que mais me orgulha, Tião Viana – e espero que V. Ex^a o receba, vou indicá-lo em primeiro lugar, depois, indicarei o Papaléo –, foi-me dado pela Sociedade Brasileira de Cirurgia, a primei-

ra, no Rio de Janeiro. A Sociedade chamou-me – à época governava o Piauí – e me homenagearam, Eles homenageiam os médicos que têm ações políticas. E eu fui escolhido e outros foram escolhidos para receber a homenagem da mais velha instituição de médicos cirurgiões, em uma solenidade. Nós, que somos médicos, sabemos que a Medicina é a mãe da nossa projeção política pela nossa visão de futuro, e foi, na história do Piauí, o maior número de congressos médicos do Nordeste...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... uma comenda, e tinha de ter um padrinho para colocar a comenda, político do Rio de Janeiro. À época, um primo meu, que era Vereador – hoje é do Tribunal de Contas –, José Moraes. Todos os piauienses que lá viviam foram bem como todos aqueles que fizeram curso no Hospital do Servidor do Estado, onde sou pós-graduado. Então, é isso. É essa a satisfação.

Senador Tião Viana e Senador Papaléo Paes, que são médicos, a Oposição é necessária para o nosso novo Ministro Temporão, do meu Partido, embora eu tenha sonhado muito que Tião Viana fosse Ministro. Mas, já que é o Temporão – ele esteve reunido e se ofereceu – digo que os nossos pedidos são puros. Posso até estar na Oposição, mas isso coopera, colabora.

Está aqui: “Criança sofre em lista de espera no HGV”. Ele não tem culpa. O Presidente Luiz Inácio não tem esse rancor. Então, peço que ele vá a Teresina, que tem um extraordinário Secretário de Saúde, do PSDB – não é do meu Partido –, que é o pai da oftalmologia: João Orlando. Ele não é do meu partido. E peço que lá ele termine de firmar os convênios do hospital que foi iniciado por Heráclito Fortes, continuado por Wall Ferraz e concluído por Firmino Filho.

Neste dia, numa homenagem ao Piauí, que se destaca na Oftalmologia, gostaria que o Ministro Temporão convidasse o Secretário de Saúde do Município, que é do PSDB, e fosse lá. Mas tenho certeza de que o Presidente Luiz Inácio não irá, devido aos aloprados que existem. Foi o Presidente quem qualificou de aloprados àqueles que se aproveitam do Governo.

Grande Ministro Temporão, assim como o Senador Tião Viana, V. Ex^a é da área de saúde pública.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mais um minuto, por favor, Sr. Presidente.

A dengue está uma praga, e não é somente no Mato Grosso do Sul.

Eu pediria também ao Temporão, que é da área sanitária, que telefonasse para o Hospital São Paulo. Um médico, como nós, líder político, foi prefeito, está

com dengue hemorrágica. Outro dia, o meu filho teve. No Piauí, há uma epidemia de dengue. Então, eu pediria que S. Ex^a telefonasse para o Dr. Café, que traduz a luta médica, e obtivesse as verdadeiras informações sobre a dengue.

Senador Paulo Paim, só os puxa-sacos e os aloprados dizem que tudo está bem. Não está bem. O povo sofre. A Medicina vai mal. No momento, o Getúlio Vargas está falido pelas tabelas do SUS que temos regulamentado. Então, é isso.

Ô Ministro Temporão, queremos ajudar. O povo sofre. A Oposição é necessária para levar a verdade.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não gosto de participar desse negócio de banquete. Essa é a nossa reivindicação. Tenho certeza de que, em homenagem ao Dia do Oftalmologista, vai haver melhora na saúde do Piauí, com o apoio do Ministro Temporão, que é do nosso Partido.

Esse era o nosso pedido pelo Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, como sei que será encaminhado um voto de pesar ao Dr. Enéas Carneiro, eu quero me somar à iniciativa do Senador Papaléo Paes e de V. Ex^a e dizer que o Dr. Enéas Carneiro, além de ter sido candidato a Presidente da República, foi o Deputado Federal mais votado do Brasil. S. Ex^a também era físico e professor de cardiologia, e nasceu no seu Estado do Acre.

Essa é uma justa homenagem que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal prestam àquele que entrou para a História com aquela frase – e por trás da frase ele mostrava todas as suas convicções –: “Meu nome é Enéas”. A partir daí, ele foi se desenvolvendo, e chegou a ser, além de Presidente do seu partido, repito, o Deputado Federal mais votado no País.

Devido a isso, Sr. Presidente, eu havia preparado hoje um pronunciamento longo, mas vou dá-lo apenas como lido, porque sei que, no fundo, o Deputado Enéas acreditava nas propostas voltadas para o social. Falo sobre as Escolas Técnicas, o Fundep; sobre um projeto nosso que cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, que recebeu parecer favorável do Senador Pedro Simon; da minha posição contra a estadualização do metrô (Trensurb), conforme pede o sindicato, porque o Estado já está falido, daí, sim, que o trem vai parar no Estado; e, ainda, da importância da Governadora Yeda Crusius

resolver a situação dos servidores públicos gaúchos, pois grande parte deles está sem salário.

E encerro, Sr. Presidente, falando sobre a preocupação dos trabalhadores rurais em um manifesto que apresentaram em relação à Previdência. E vou um pouco mais além, falando da importância da educação, do ensino particular e do Estatuto do Idoso.

Parabéns a V. Ex^a pela postura e a solicitação que fez a todos os senadores no sentido de que abrissem mão de suas falas no dia de hoje em homenagem ao inesquecível Enéas.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2003, apresentei nesta Casa o PLS nº 39 que previa a criação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul FUNDAP. A matéria foi analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo sob relatoria do Senador Pedro Simon.

Gostaria, aqui, de registrar meu contentamento e minha satisfação com o parecer apresentado. Pela aprovação, o Senador Simon apresentou uma emenda que modifica o inciso I do artigo 3º do PLS. A alteração coloca a critério do governo gaúcho a destinação de alguns recursos. Assim a redação passa a ser:

I – até 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, de que trata a alínea “a”, do inciso I, do art. 159, da Constituição Federal, da parte que cabe ao Estado do Rio Grande do Sul, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 62, de 1989, excluindo-se as cotas financeiras que constituem recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, a critério do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, o Fundap foi pensado em razão da situação, crítica, em que se encontra a agricultura gaúcha. Agravada, ano após ano. Além disso, sabemos que a agricultura, devido a sua importância nos contextos econômico, social e cultural, é prioridade para o Governo do Rio Grande do Sul.

O redirecionamento dos instrumentos existentes – tais como crédito rural via Bannrisul – ou a criação de novos – como o seguro agrícola – visam garantir a permanência de agricultores no campo, produzindo alimentos, gerando e distribuindo riqueza em suas localidades.

O Fundap visa dar continuidade aos projetos que trazem o desenvolvimento ao Estado para este importantíssimo setor da economia.

O Fundo destina-se ao financiamento de projetos de fomento à agricultura e pecuária, inclusive à agricultura familiar, para a aquisição de equipamentos e máquinas e para investimentos em pesquisas e estudos de tecnologias agrícolas do Rio Grande Sul.

A idéia é financiar projetos, sejam de iniciativa de pessoas físicas, de empresas ou de entidades do setor privado.

É válido ressaltar que o setor agrícola e pecuário do Rio Grande do Sul foi o único que apresentou retração no ano de 2002. Enquanto os setores da indústria e de serviços apresentaram uma taxa de crescimento de 3,8% e 1,2%, respectivamente, a agricultura teve uma retração de 2,0% em relação ao ano de 2001.

E, lembremos, a agricultura do Rio Grande do Sul representa 13,29% do total do Valor Adicionado Bruto a preço básico.

Defendemos que as políticas para agricultura familiar devam se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial ou de exportação. A agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis.

A agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do nosso Território, preserva tradições culturais do nosso País e mantém as pessoas em sua terra natal, evitando, assim, o enorme número de pessoas concentradas nos centros urbanos.

No governo anterior, as ações para a agricultura familiar ficaram restritas ao Pronaf, programa conquistado pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais. O programa não conseguiu atingir a maior parte dos agricultores familiares (menos de 20% dos agricultores tiveram acesso a alguma de suas linhas de crédito em todo Brasil) e não foi complementado por ações que configurariam uma indispensável política de desenvolvimento para esse setor.

Temas como pesquisa, assistência técnica, educação e investimento não receberam a devida atenção, a qual no nosso Estado, pretendemos fortalecer com a criação deste Fundo. Acreditamos que o Fundap dará transparência e incentivará as pesquisas e estudos na agricultura gaúcha.

Os valores repassados pelo Fundo, aliados aos do Pronaf, do Proger e do FPE, por exemplo, acarretariam um acréscimo de cerca de R\$7,4 milhões de reais por ano em média para o setor rural do Estado.

A criação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária tem por fim aumentar o crédito ao setor rural gaúcho, com enfoque em investimentos,

em novos projetos, em pesquisas e estudos para o desenvolvimento tecnológico do setor. Pontos de fundamental importância no desenvolvimento socioeconômico do Estado.

O projeto visa direcionar um recurso que é de competência do meu Estado, para um setor que é muito competitivo em âmbitos nacional e internacional. Visa ainda – e acima de tudo –, evitar o êxodo rural e proporcionar uma vida de qualidade para o agricultor e a sua família.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o transporte urbano é tema importantíssimo em qualquer lugar do mundo. A eficiência desse meio de locomoção é um diferencial na qualidade de vida das pessoas.

Dentro desse contexto, os metrôns se destacam, pois diariamente são responsáveis pelo transporte de milhares de pessoas, principalmente de baixa renda.

Diversas capitais brasileiras contam com esse aparelho. Porto Alegre é uma delas e lá o serviço metroviário é admirado por sua qualidade.

Como sabemos, os recursos para financiamento e manutenção dos metrôns são provenientes do Governo Federal, do Ministério das Cidades.

Na semana passada recebi uma informação do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul – SINDIMETRÔ: o Estado gaúcho estaria pensando em estadualizar a Trensurb.

Sabemos das dificuldades por que passa o Rio Grande e perguntamos: será que isso colaboraria para melhorar os serviços de transporte urbano oferecidos à população gaúcha? Ou este é o primeiro passo para a privatização?

Acreditamos não ser essa a solução e nos colocamos ao lado dos metroviários e de seus representantes para que essa hipótese de estadualização não se concretize.

Peço que seja registrado nos Anais da Casa cópia do material que me foi enviado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ALERTA AOS USUÁRIOS

ESTADUALIZAÇÃO PODE

DESMONTAR A TRENSURB

O Sindicato dos Metroviários do RS tem o dever de informar os usuários da Trensurb que está em andamento um projeto de estadualização do metrô, e por isso vem a público alertar para as consequências desta política, prejudicial aos interesses da população.

O transporte metro-ferroviário é responsável pelo deslocamento de milhares de trabalhadores de baixa renda todos os dias em diversas capitais brasileiras, com cobertura de custos garantida pelo governo, mantendo assim uma tarifa social e consolidando políticas de mobilidade urbana, que nada mais é do que uma das obrigações do governo federal. Para isso nos tomam impostos.

O papel de inclusão social e mobilidade urbana da Trensurb nos seus 22 anos de operação são reconhecidos pelo público usuário em todas as pesquisas de satisfação ao longo da sua existência.

Mas esta qualidade e eficiência estarão em risco, se a tentativa de entregar a Trensurb para o Estado do RS se concretizar.

Você que faz uso dos serviços da Trensurb diariamente, sabe que a tarifa do metrô aumentou 100% nos últimos 04 anos. Você pagava R\$ 0,75 até o início de 2003, quando o governo Lula passou a aplicar aumentos sem explicação. Hoje já custa R\$ 1,50.

Mas não por acaso. Vejam bem, todos sabemos que o Estado do RS está em grave crise, sem recursos sequer para manter a administração básica funcionando. A precariedade da saúde, da segurança e da educação no RS demonstra que não há dinheiro para nada.

Perguntamos para você pensar: "Com que dinheiro o Estado do RS manteria a qualidade da Trensurb?" O seu funcionamento é suportado pelo governo federal, como todos os metrôs do mundo. Nossos impostos nos garantem o metrô funcionando.

Se o projeto de estadualização da Trensurb se concretizar, o metrô que conhecemos irá desaparecer. A governadora Yeda dizia na campanha eleitoral que não iria privatizar o Banrisul. Mas vai tirar o Banco dos Gaúchos. Se pegar a Trensurb, adeus metrô público.

A Trensurb, de 2003 em diante passou a visar lucro, com a intenção clara de atrair o interesse dos empresários de transporte da região metropolitana.

No Rio de Janeiro, o metrô foi estadualizado e entregue imediatamente para a iniciativa privada nos anos 90. O resultado, pessoas sendo transportadas de qualquer jeito, acidentes seguidos, vagões destruídos e tarifa muito mais cara.

Em São Paulo, a parceria do estado (governo Alckmin) com a iniciativa privada na construção da linha 4, resultou nas mortes com o desmoronamento da obra. Um escândalo ainda não resolvido.

A estadualização da Trensurb significa o repasse da empresa para a ganância privada, imediatamente.

Hoje, pagando R\$ 1, 50, milhares de gaúchos foram expulsos do metrô, pois a tarifa deixou de ser social. De 170 mil passageiros que transportava por dia, reduziu para pouco mais de 100mil. Se vier para o Estado do RS, muitos outros milhares não terão condições de pagar a passagem.

O grande prejudicado será você usuário. Não existe nenhuma preocupação do Estado com a mobilidade urbana na Grande Porto Alegre. O Estado do RS não tem dinheiro e quer apenas trocar a Trensurb por recursos para fazer caixa.

O Sindimetrô e a categoria metroviária estão lutando e querem sociedade gaúcha na luta para impedir este duro golpe aos usuários da Trensurb.

Esteja alerta. Os discursos dos diretores da Trensurb sobre inclusão social e empresa moderna são vazios e mentirosos. Estão há 04 anos “arrumando” a empresa para vendê-la.

Lute conosco para manter a Trensurb Pública e com a qualidade de sempre.

falecom@sindimetro-rs.com.br
www.sindimetro-rs.com.br

SINDIMETRÔ/RS 21 ANOS DE LUTA

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi na semana passada de representantes dos trabalhadores rurais um manifesto. Essas pessoas colocam diversos pontos em relação à sua situação e a Previdência.

À

Gerência Executiva Caxias do Sul-
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS

Faço aqui o registro desta manifestação e anexo a este pronunciamento o manifesto que me foi entregue.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS PELA GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.

I – A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS E DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ligado a estrutura Confederativa da CONTAG manifesta irresignação pelas civilizações inverídicas veiculadas nos meios de comunicação do país acusando que os trabalhadores e trabalhadoras rurais pelo déficit da previdência Social em razão da garantia destes trabalhadores aos benefícios previdenciários na Constituição Federal de 1988, sob a falsa alegação de que não contribuem.

No entanto, é imprescindível considerar que:

(1) Os segurados especiais contribuem sim para a previdência social, pois é descontado diretamente na venda de todo produto rural comercializado o percentual de 2,1% em favor da Previdência Social. Inclusive muitos destes contribuintes são injustiçados ao receberem um benefício previdenciário de apenas um salário mínimo nacional, na medida em que, do total do valor comercializado ultrapassa a contribuição sobre o salário mínimo nacional. Portanto, a aposentadoria rural e os demais direitos previdenciários não são práticas assistencialistas, mas instrumentos de equilíbrio social e valorização da cidadania.

Os recursos previdenciários são fundamentais para a melhoria das condições de vida no meio rural, na medida em que reduzem em mais de 10% o percentual de brasileiros que vivem abaixo do nível da pobreza.

Os benefícios previdenciários rurais movimentam a economia e o comércio de pequenos e médios municípios, também contribui para diminuir o êxodo rural e o processo de favelização das grandes cidades.

Desse modo, os trabalhadores e trabalhadoras rurais não são os responsáveis pelo rombo nas contas da Previdência Social. O financiamento do sistema é formado por contribuições próprias do setor e

Constituição de 1988. Vale ressaltar que, em todos os países onde existe um regime de previdência para a população rural, o sistema é fortemente subsidiado pelo Estado. Isso demonstra o reconhecimento e a importância do campo no desenvolvimento da sociedade moderna.

Salienta que a agricultura familiar é responsável por uma atividade primordial e indispensável à sobrevivência de toda sociedade: a produção de alimentos.

II – PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES EM NÍVEL NACIONAL:

Por outro lado, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vem diagnosticando desde a garantia dos direitos da categoria aos benefícios previdenciários questões que geram exclusão e demora no acesso a estes benefícios. Por isso reivindica em nível nacional:

1 – Estabelecer regras claras e de inclusão para acesso dos trabalhadores/as rurais à Previdência Social –

2 – Agilidade nas decisões dos processos de benefícios dos trabalhadores/as rurais agendados por meio eletrônico ou na própria Agência do INSS.

3 - Liberação integral dos recursos orçamentários do INSS aprovados para o ano de 2007 como forma de garantir o atendimento adequado a todos os segurados da Previdência.

4 – Não desvinculação do valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo nacional;

4 - Contratação urgente de mais servidores para fazer o atendimento de análise de processos de benefícios no âmbito das Agências do INSS.

5 - Acesso dos assalariados/as rurais que trabalham em atividade de curta duração ao direito à aposentadoria por idade mediante comprovação da atividade rural, conforme negociação feita no Grito da Terra Brasil / 2006.

6 - Empregados rurais: A inclusão de atividades essencialmente rurais e que atualmente são compreendidas como urbanas como é o caso do tratorista, capataz, cozinheira rural, motorista rural.

III – PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES EM NÍVEL REGIONAL:

Em algumas agências diagnostica-se os seguintes problemas para os quais requer as devidas soluções.

1-Regras claras que mantenham os direitos adquiridos e estudo para possível ampliação destes;

2-Termos de Cooperação Técnica- com fim dos convênios,resultou em demora na concessão dos benefícios, reduziu a qualidade das entrevistas e abriu brecha para concessões indevidas. teríamos que buscar forma de agilizar e desburocratizar atendimento, análise e concessão dos benefícios;

3-PGA- sistema de gerenciamento do atendimento- tirou servidores com mais anos de serviço público,deslocados ao PGA que gera renda maior ao funcionário- diárias e não trouxe melhorias no atendimento, muito pelo contrário emperrou a máquina funcionários deixando funcionários com maior conhecimento técnico apenas para trabalhar com PGA;

4-Agendamento via internet- Não representa a fila real, tornando a fila virtual, com falhas no agendamento, permitindo mais que um agendamento por segurado.Ressalva-se o 135, que discrimina o atendimento ao seguro especial, não sendo possível agendar atendimento por este número, até o início deste mês;

5-Realização de SP- a melhor e mais justa forma de fiscalização que era feita, cancelada por onerar o caixa-na área rural, criando as tomadas de depoimento-oitivas, onde o segurado especial, menos culto perde o benefício por má interpretação de legislação ou por não ser claro nas suas respostas,ocasionando concessões indevidas,beneficiando o mais esperto;

6-Demora na realização de oitivas –apenas um funcionário que atende e quando está de férias ou licença processos ficam acumulados- APS Caxias;

7-Demora na realização de SP- funcionários fazem a pesquisa ou aguardam para realizar quando existir verba para pagar o serviço;

8-Poucos servidores,falta de motivação e valorização ao bom servidor-- em função das aposentadorias. PGA, carga horária de seis horas,baixa remuneração e distribuição de cargos administrativos temos poucos funcionários para atender a demanda de público e os novos funcionários, com dificuldade de atendimento, entendimento da legislação e comprometimento com serviço público, resultando em sobrecarga de consulta à chefia. Estes,servidores novos, com pouco ou nenhum preparo para realizar entrevista rural, dependendo funcionário que realizar entrevista tem-se uma conclusão

ou até mesmo não sabem o que questionar e de que forma questionar, pois desconhecem a atividade rurícola. Não existem critérios para avaliar o bom servidor público, colocando numa mesma vala todos, o servidor com vontade do que não tem vontade ou interesse ou comprometimento com serviço público; ambos recebem o mesmo salário, desmotivado o bom servidor da previdência, acaba desistindo em busca de melhor opção financeira;

10-Enorme quantidade de processos não encontrados na agência, pelo arquivamento equivocado, muitas vezes ocasionado pelo funcionário desmotivado, gerando no caso do segurado especial, que tem que fazer entrevista ou outros procedimentos, a demora no atendimento até localizar-se o processo;

11-Sistemas CNIS, CADPF, SABI de concessão, consulta e atendimento-defasados, que caem , que não acessam ou que não permitem funcionário poder conceder, em virtude de informações divergentes, uma vez que o sistema não permite correções, dificultando e aumentando a demora no atendimento;

12-Tempo entre agendamento e atendimento-superior a oito meses em Caxias e se este segurado tiver que fazer oitiva ou realizar pesquisa em cooperativas, tem-se a estimativa mínima de um ano entre a entrada do pedido e a sua concessão;

13-Atitudes discriminatórias contra agricultores-segurados especial-taxando de responsáveis pelo débito da previdência, tais atitudes refletem-se no atendimento e no próprio sistema, como nos casos de acidente de trabalho do segurado especial e agendamento pelo fone 135;

14-Médicos sem preparo ou desconhecendo a atividade rurícola, em Caxias, médica perita, foi transferida par Farroupilha, por inúmeras reclamações de mau-atendimento. Verifica-se ainda peritos que não avaliam as condições clínicas incapacitantes para a atividade rurícola, avaliando os segurados sem considerar o tipo de atividade que este executa. Observa-se também ,no caso das agricultoras, que o médico as considera como dona de casa e não como trabalhadoras rurais;

15-Processos encaminhados via sindicato tem mais dificuldades do que os encaminhados por intermediários ou direto, aumento da burocracia;

16-Que os servidores da previdência social respeitem as entidades de classe, não jogando agricultores contra os sindicatos, culpando os sindicatos, dos erros que os próprios servidores cometem, agendamentos errados,

desorganização de arquivos ou atendimento (servidores ou estagiários despreparados) na triagem orientando de forma equivocada ,fazendo com segurado faça muitas viagens a agência buscando um atendimento, que poderia ser simplificado desde que o atendente respeite determinação da chefia;

17-O agendamento que deveria ser uma viagem única do segurado a agência do INSS. isto não existe ,o que verificamos é que o segurado após meses de espera para o atendimento, tem um atendimento precário, pelo pouco tempo para este atendimento, jogando-se o benefício em uma gaveta, como pré-agendamento, não realizando entrevista rural, esperando equipe de trabalho, que simplesmente por critérios de gosto e de orientação de não represar e despachar processos, gera indeferimentos indevidos, muitas vezes por uma péssima habilitação inicial do benefício, cabendo ao segurado mais espera, na fila de recursos;.

18-Funcionários que não sabem diferenciar uma nota de talão de produtor e pedem ao segurado fazer diversas viagem ao posto para cumprir algo que já existe no processo, nota de talão de produtor;

Aguarda a manifestação desta gerência, em 15 dias, para que seja possível o devido encaminhamento.

Por fim, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais está mobilizado, nacionalmente, e requer com urgência o encaminhamento dos problemas apresentados.

Esclarece que estar permanentemente mobilizada para a garantia e ampliação dos direitos previdenciários da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em todo país.

Caxias do Sul, 23 de abril de 2007.

Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR

STR's -- Regional Serra - FETAG/RS - CONTAG.

João Boudier
STR de Baurer

For C. Barboza
STR C. BARBOZA

STR São Roberto
Lena

Osvaldo Silva

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre ouvi dizer que a escola é nossa segunda família. Acredito nisso, afinal, ela é a base da educação de nossas crianças e de nossos jovens.

É, de fato, o berço de novas idéias, de novos princípios e de novos rumos. E, principalmente, é fator indispensável para o desenvolvimento de um país.

Não é à-toa que sempre temos discussões acerca de investimentos na área. Mas, esses investimentos notem-se, não podem ficar apenas no ensino básico ou no superior.

O ensino médio deve seguir a mesma linha. E, nesse contexto, estão as escolas técnicas profissionalizantes.

É fato que o Brasil tem boas experiências nessa área. Temos os Centros Federais de Educação Tecnológica Cefets, as escolas técnicas, as escolas do Senai, do Senac e as agrotécnicas, por exemplo.

Costumo sempre citar minha experiência: fui aluno do Senai em Caxias do Sul, ou seja, sou fruto do chamado “Sistema S”. Um sistema que – ao lado das escolas técnicas, dos Cefets e outros -, tem sido um dos responsáveis pela inovação em tecnologia, metodologias e recursos didáticos no campo da educação profissional.

O Governo Federal vem fazendo sua parte. Na semana passada, conforme citei aqui nesta Tribuna, foi anunciado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

O objetivo é destinar R\$8 bilhões para os ensinos básico e fundamental nos próximos quatro anos.

Algumas das metas são a informatização de todas escolas públicas; implantação de mil pólos de formação de professores em todo País pelo Universidade Aberta; ampliação do acesso às universidades com a articulação entre o Fies e o ProUni para o financiamento de 100% das bolsas parciais do ProUni e a quitação da dívida ativa consolidada das instituições de ensino superior.

Dentre os pontos a serem atendidos pelo PDE, destaco aqui dois em especial: a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFETs a fim de ofertar educação pública para fortalecer os arranjos produtivos locais, e a instalação de 150 escolas técnicas nas cidades-pólo. A idéia é que o jovem do interior não abandone sua cidade

Dessas 150, serão implantadas no Rio Grande do Sul em Bagé, Camaquã, Caxias do Sul, Erechim, Osório, Panambi, Porto Alegre (Restinga), Santa Rosa, São Borja e Venâncio Aires. A primeira etapa dessa ação, em fase de conclusão, irá inaugurar cinco novas, em Canoas, Charqueadas, Júlio de Castilhos, Santo Augusto e Passo Fundo.

Certamente um grande avanço!! O Governo Federal nos mostra que está aliado ao Congresso Nacional.

Assim, acreditamos que a série de dificuldades e de necessidades será, passo a passo, sendo suprida e superada.

As escolas e instituições que temos cumprem, sim, papel fundamental, mas ainda não suprem a demanda de nossa sociedade.

Precisamos de muito mais investimentos. Precisamos de ações como a do Governo Federal.

Gostaria de poder, um dia, ver em cada município deste País, um centro profissionalizante que fomente o desenvolvimento da vocação econômica da região.

Estou convencido de que o ensino técnico é um instrumento de combate aos preconceitos, de diminuição da violência, e, com certeza, peça fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

Foi minha constante preocupação com a ampliação do ensino técnico que, em 2003, me levou a assumir a coordenação, no Senado, da frente parlamentar criada para tratar o tema. Na Câmara o coordenador é o Deputado Alex Canziani.

A educação profissional é para mim uma responsabilidade histórica. Como disse anteriormente, sou filho do Senai e também do movimento sindical. Imaginem vocês: foi lá que aprendi minha primeira profissão, dei os primeiros passos como metalúrgico e, depois, entrei para a vida política.

Acredito que o ensino profissionalizante é de fundamental importância para a construção de um novo perfil da classe trabalhadora.

É uma esperança para aqueles que não têm acesso ao mercado de trabalho. É uma esperança para os filhos dessas pessoas que estão fora do mercado de trabalho.

Nossos trabalhadores terão, por meio dela, a tão propagada, e desejada qualificação. Estarão mais bem preparados para enfrentar um mundo que, por ser globalizado, é cada vez mais exigente.

Por tudo isso, apresentei em 2005, a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante, o Fundep PEC 24/05.

É unânime o pensamento dos educadores, dos trabalhadores e da classe patronal: a educação profissional precisa contar com uma fonte segura de financiamento, não somente para sua manutenção, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento. Por isso a criação do Fundep.

São objetivos do projeto:

- criar oportunidades de emprego e geração de renda;
- promover a descentralização e a regionalização de ações da educação profissional;
- articular a educação profissional com as políticas públicas de geração de emprego e renda;
- combater a pobreza e as desigualdades sociais e regionais;
- elevar a produtividade e a competitividade do setor produtivo.

Pela proposta, o fundo teria receitas provenientes de diversos impostos e contribuições – o que não onera o tesouro, nem sacrifica outras políticas públicas –, destinado a compor com os recursos originários dos Governos Federal, estaduais, municipais, do Distrito Federal e de instituições patronais e privadas as verbas necessárias para fazer face à demanda crescente por cursos profissionais, não somente de nível médio como das outras tipificações.

Espera-se arrecadar para o Fundo pelo menos R\$2,6 bilhões, com origem no Imposto sobre a Renda IR e no Imposto sobre Produtos Industrializados IPI.

Com recursos provenientes do Programa de Integração Social PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PASEP, é possível chegar a uma receita de, no mínimo, R\$600 milhões. Já do *Sistema S* a contribuição seria superior a R\$1,2 bilhão.

Com mais de R\$4,4 bilhões, a União, por meio de mecanismos legais de decisão pública colegiada, repassará recursos para as escolas, obedecendo ao critério de matrículas, segundo a forma da lei.

A implantação desse Fundo não impede que as matrículas dos cursos profissionais em escolas públicas sejam também contempladas pela sistemática de financia-

mento do Fundeb, sob cuja responsabilidade devem recair os encargos básicos de manutenção do ensino médio, principalmente da remuneração dos profissionais.

Decorridos dois a três anos da implantação do presente Fundo, espera-se triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração destinados à formação continuada de trabalhadores.

Com a aprovação final do Fundep, de imediato estaremos garantindo significativos recursos para o ensino profissionalizante no Brasil.

Mas, estaremos a caminho de conquistar, de construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Uma sociedade em que todos tenham, na prática, os mesmos direitos.

Defendo que o Fundep será responsável por uma nova classe de trabalhadores, por novos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando olho para a caminhada que percorri até os dias de hoje, relembro com grande contentamento as diversas oportunidades em que me senti presenteado por poder desfrutar da sabedoria, da lucidez de cidadãos que traziam consigo suas histórias de vida.

Quanto amor, quanta desilusão, quanta saudade, quanta alegria, quantas dificuldades, quanta fé, quanta boa-vontade os nossos idosos registram?

Ah, o envelhecimento...

Na verdade, todos querem viver muito, mas, parecem se recusar a compreender que isso implica em envelhecer.

Talvez isto se deva aos desafios propostos pela longevidade que incluem as sofríveis restrições econômicas e o grande descaso em relação ao cumprimento dos direitos dos idosos.

O Estatuto do Idoso, que vem a ser um mecanismo legal para a implementação dos direitos do idoso inclui entre seus direitos, conforme consta do artigo 3º: *“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade a efetivação do direito à vida, à saúde,”*

...e aqui entro no tema que me traz a esta Tribuna: o tratamento dispensado à saúde do idoso no nosso País.

Recebi correspondência, que deixarei anexada a este pronunciamento, da Associação dos Professores Aposentados do Ensino Particular do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre este assunto.

Nesta carta eles fazem considerações a respeito da CPMF, cujos recursos, que deveriam ser aplicados na área da saúde, tem sido constantemente destinados a outras áreas.

Falam também sobre hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS e que estão fechando as suas portas por dificuldades financeiras.

Enfim, trata-se de um apelo desesperado pela busca de melhorias no atendimento da saúde pública.

Em pesquisa feita pelos Conselhos Estaduais do Idoso quanto à aplicação do Estatuto do Idoso, pela voz dos presidentes dos Conselhos Estaduais de Idosos, o que se ouviu é, via de regra, a inexistência de uma rede de serviços estruturada que assegure, aos idosos, o gozo de seus direitos fundamentais.

Eles disseram que o Estatuto do Idoso assegura direitos à pessoa idosa, direitos já garantidos na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso e no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento.

Todavia, apesar das políticas integradoras e legalmente reconhecidas, esses direitos ainda não reconhecidos, legitimados e respeitados pela sociedade e pelo Estado. Isso porque os títulos, capítulos e artigos do Estatuto mantêm a distância da prática, havendo um substancial déficit de legalidade na sua implementação.

Pelos dados da pesquisa, falta às políticas sociais de inclusão da pessoa idosa tanto o estabelecimento de prioridades, como uma orientação política firme e voltada à efetividade dos direitos humanos fundamentais.

Pelo que se extraiu da pesquisa realizada, as violações dos direitos fundamentais da pessoa idosa são evidentes, principalmente nos âmbitos da saúde, da Previdência e da Assistência Social.

Senhor Presidente,

Eu me pergunto: afinal o que é que está acontecendo em relação às leis que nós fazemos pensando no bem da nossa gente?

Lei é para ser cumprida! não é possível que elas sejam tratadas com desdém como se fossem meras palavras transcritas em papel e jogadas ao vento.

Eu faço um apelo a todos que me ouvem: não aceitem o descumprimento da lei!

Sei que algumas vezes elas caem no descrédito da população porque as pessoas pensam que, uma vez lei, não exige mais esforços para ser cumprida.

Lamento, deveria ser assim, mas muitas vezes não é. Às vezes, mesmo utilizando a lei, que é forte e legítimo instrumento de luta, precisamos perseverar com coragem, com ânimo, para alcançar nossos objetivos.

Tenho recomendado que as associações, as federações, os conselhos que representam os idosos devem se mobilizar no sentido de reivindicar o cumprimento dos direitos dos idosos.

É de fundamental importância que a sociedade civil também participe deste debate.

Toda sociedade está convocada a fazer com que o Estatuto seja cumprido, mas alguns atores e agências são fundamentais: os Conselhos do Idoso, o Ministério Público, os profissionais de saúde, de assistência social e a justiça.

Não há tempo a perder, a saúde deve ser prioridade. Vamos nos unir e mudar a sofrida realidade que estamos vivendo!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**APAEPERS – Associação dos Professores
Aposentados do Ensino Particular do Estado
do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre, 17 de abril de 2007

Praça dos Trabalhadores
Senado Federal
Anexo I – 22º andar – sala 4
Sr. Paulo Paim

Nobre Senador:

A Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, por cuja aprovação Vossa Excelência empenhou seu talento e competência é descumprida.

O artigo 3º diz que é obrigação da comunidade da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade a efetivação do direito à vida, à saúde...

A CPMF, que concorre para o Tesouro Nacional com vultosas quantias foi aprovada pelo Congresso Nacional, graças em boa parte ao prestígio de que gozava o Dr. Adib Jatene, então Ministro da Saúde a quem o Sr. Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República, assegurara sua destinação para a saúde. Infelizmente o ex-presidente faltou com sua palavra e desviou a maior parte desse recurso para outros custeios, acarretando autos pedidos de demissão por parte do ministro, chocado com o descumprimento da palavra por parte do presidente.

Hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS fecham suas portas por dificuldades financeiras. Consultas são marcadas para daqui a sete meses, inclusive para idosos, cirurgias são marcadas para dois anos.

Nosso Presidente, quando esteve aqui esteve, antes do pleito eleitoral e após visita a nossa Santa Casa, afirmou que a saúde no País beirava à perfeição. O Presidente não está suficientemente informado da real situação por que passa a saúde do País, em todos os níveis administrativos. A carência de recursos é geral.

Desculpe-nos, senhor Senador Paulo Paim, mas quem não tem voz, não tem vez, diz ditado popular.

Vossa Excelência é nossa voz no Senado, onde é ouvido atentamente por seus pares, e junto quem decide as coisas em nosso País.

Por isso apelamos mais uma vez a Vossa Excelência para com seu talento e perseverança, procurar uma saída para esse problema do mau atendimento na saúde pública que ameaça a sobrevivência de muitos idosos, atormentados, muitas vezes por dores, necessitando serem atendidos com brevidade por ortopedistas ou reumatologistas.

Faça o bem, por meio da boa luta e a população o aplaudirá. Com maior apreço e votos de felicidade em sua vida pública e privada.

Apresentamos cordiais saudações. – **Bartolo Perez**, pela APAEPERS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como todos vocês sabem, sou incansá-

vel quando o assunto é defender o povo brasileiro, os trabalhadores brasileiros.

Entendo que essa categoria precisa de salários mais dignos e, principalmente, receber seus vencimentos. Sim, porque se o trabalho é realizado, ele precisa ser pago. Precisa ser retribuído.

Digo isso, pois recebi da “União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública-União Gaúcha”, documento em que seus coordenadores expunham a situação dos funcionários públicos do Executivo do Rio Grande do Sul. Esses trabalhadores estão com o pagamento de seus salários atrasados desde março.

Sabemos que, por vezes, os estados encontram dificuldades. Isso é uma realidade no País. Mas, nossos trabalhadores não podem ser prejudicados.

O salário dos trabalhadores é sagrado. Nada pode ser mais prioritário.

Como essas pessoas podem continuar trabalhando sem saber como pagarão as contas? Sem saber como cuidarão de seus filhos? Sem saber como alimentarão suas crianças? Mas, que motivação há para que uma pessoa trabalhe se ela sabe que não terá meios de garantir sua subsistência?

Gostaria aqui de fazer um apelo para que o Estado olhe para esses trabalhadores e para que efetue os pagamentos desses servidores o mais rápido possível.

É preciso lembrar que ao prejudicarmos nossos trabalhadores, estamos prejudicando o Estado e, principalmente, os brasileiros.

Peço que fique registrado nos Anais da Casa o documento que recebi da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública-União Gaúcha, assinado pela Secretária-Geral da instituição, Leila Rodrigues de Aguiar, e pela Coordenadora Executiva, Denise Oliveira Cezar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**União Gaúcha em Defesa
da Previdência Social e
Pública - UNIÃO GAÚCHA**

DOC. UG Nº 259/2007
Gestão 2006/2007.

Porto Alegre, 02 de abril de 2007.

SENHOR SENADOR:

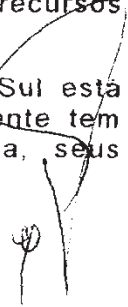
A UNIÃO GAÚCHA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA – UNIÃO GAÚCHA, entidade que congrega vinte e sete associações e sindicatos representativos de servidores públicos estaduais, representando mais de noventa mil servidores dos três Poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, vem **DENUNCIAR** a Vossa Excelência o descaso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com os servidores públicos estaduais, manifestado pelo **atraso no pagamento dos vencimentos** a partir do mês de março do corrente ano, de parcela dos servidores do Poder Executivo.

Os servidores do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas já sofreram as consequências do "novo jeito de governar" do Estado, quando tiveram a reposição de seus vencimentos, justa e constitucional, vetada pela Governadora; o corte de parte da receita desses Poderes e Instituições também já foi "decretado". Os servidores técnico-científicos não estão recebendo a reposição que lhes foi reconhecida por decisão judicial e todos os demais servidores não tem recebido a recuperação das perdas inflacionárias de seus vencimentos, como pregeitua a constituição.

A crise financeira, pela qual passa o Estado, é de todos conhecida, mas a decisão do Governo do Estado, só faz agravá-la, pois penalizando os servidores estaduais, desestimula aqueles que podem contribuir, apresentando alternativas, tanto na área da administração e controle dos recursos financeiros, como na busca da Receita Própria.

MAIS UMA VEZ, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul está laborando em equívoco ao ignorar as contribuições de quem realmente tem conhecimento e interesse no desenvolvimento do Estado, ou seja, seus servidores.

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO PAIM,
Senador do Estado do Rio Grande do Sul
Senado Federal
Brasília



Fone/Fax: (51) 3284 9104
Rua Celeste Gobatto, 81
Porto Alegre - RS - Cep 90110-160
uniao gaucha@ajuris.org.br
uniao gaucha@uniao gaucha.org.br

**União Gaúcha em Defesa
da Previdência Social e
Pública - UNIÃO GAÚCHA**

Nos últimos anos, as políticas adotadas só fizeram reduzir de maneira relevante os recursos orçamentários e precarizaram os serviços públicos. Renúncia de receitas, benefícios fiscais e falta de combate efetivo à sonegação associados ao enxugamento das despesas de Secretarias, como as da Segurança, Educação, Saúde e Fazenda, têm inviabilizado o mínimo exercício da função de cada órgão da Administração Pública. Não bastasse esse quadro de grandes dificuldades operacionais já instalado ao longo da última década, agora as novas premissas de gestão do Governo atingem, também, o pagamento das "diárias de viagem", o que impede, inclusive, o desenvolvimento de atividades essenciais de combate à sonegação.

É como poupar munição em meio à batalha.

É necessário concentrar esforços no aumento da arrecadação e combate à sonegação, para prestar o serviço público que a sociedade gaúcha merece.

Os servidores, que se desdobram para fazer o dia a dia do Estado, mantendo os serviços públicos, não podem ser desmotivados, o que será natural para quem tiver que trabalhar sem receber seus vencimentos. As consequências ao patrimônio dos servidores, decorrentes do atraso em adimplir seus compromissos, constituem-se em mais uma pena a quem há muito tem sido penalizado, por não perceber uma remuneração justa, condigna com sua qualificação e dedicação. Será mais uma prova do desinteresse de sucessivos Governos e demonstração de falta espírito empreendedor.

Quem perderá com a decisão de estabelecer, MAIS UMA VEZ, outras prioridades, à frente do sagrado direito do trabalhador de receber pagamento por seu trabalho já realizado, será o Estado, a qualidade do serviço público e, sobretudo, o POVO GAÚCHO!


Leila Rodrigues de Aguiar,
Secretaria-Geral


Denise Oliveira Cezar,
Coordenadora Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais. Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para me associar aos votos de pesar que serão encaminhados à família do Deputado Enéas Carneiro. Ao ensejo, subscrevo o requerimento que V. Ex^a vai ler neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2007

Pelo falecimento do Deputado Federal Enéas Carneiro, requeremos, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado;
- c) seja observado um minuto de silêncio em sua memória; e
- d) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2007. – Senador **Papaléo Paes** – Senador **Tião Viana** – Senador **Paulo Paim** – Senadora **Fátima Cleide** – Senador **Romero Jucá** – Senador **Gilvam Borges** – Senador **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com a palavra, para encaminhar a votação, o Senador Papaléo Paes, autor do requerimento.

A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O Senador Paulo Paim já se manifestou, juntamente com a Senadora Fátima Cleide.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com pesar que venho à tribuna do Senado para prestar homenagem a um grande brasileiro, um grande médico e um grande amigo.

Faleceu ontem, no Rio de Janeiro, o Deputado Federal Enéas Carneiro. O Dr. Enéas era portador de leucemia, e faleceu exatamente em consequência da doença. Ultimamente, andava muito debilitado em razão do tratamento, que é deveras agressivo. Todos nós que

já vimos um ente querido passar por isso e que, como médicos, acompanhamos vários casos, sabemos que é preciso ser um herói para lutar até o final.

Enéas nasceu no Acre, na cidade de Rio Branco, em 1938. Estudou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina no ano de 1965. Formou-se também em Física e Matemática pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Fez, em seguida, Especialização e Mestrado em Cardiologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tive a oportunidade de ser amigo íntimo do Dr. Enéas, e durante nossas conversas tive a curiosidade de perguntar-lhe por que ele, Mestre em Cardiologia, fez Faculdade de Física, Matemática e, ainda, era Mestre em Língua Portuguesa. E ele justificava ter estudado Física para poder interpretar com perfeição o eletrocardiograma. Ora, vejam só! Nós aprendemos na escola a interpretar eletrocardiogramas, mas o Dr. Enéas foi buscar a ciência a fundo a fim de sentir e dizer que era um especialista na área.

S. Ex^a foi Presidente da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro de 1986 a 1988. Em 1989, lançou-se candidato à Presidência da República pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA, e ficou famoso pelo bordão com que encerrava seus 17 segundos de tempo na televisão: “Meu nome é Enéas”.

Naquele pleito eleitoral Enéas alcançou 360 mil votos.

Após ter sido candidato a presidente da República a primeira vez, resolveu receber o registro definitivo do Prona e começou a procurar no Brasil amigos dele, pessoas que conhecia. Entre esses amigos, foi me encontrar lá no Amapá. Eu, que não era filiado a partido político nenhum, nunca tinha participado da vida político-partidária, fui procurado pelo Dr. Enéas. Confesso a V. Ex^{as} que, pela convivência que tinha no meio político no meu Estado, não tinha nenhuma aptidão para participar da vida pública como político, por meio de um partido político. Mas, ele me convenceu. Sua determinação, sua perseverança, o acreditar no Brasil e na política feita pelos bons políticos fizeram com que eu aceitasse o convite do Dr. Enéas.

A partir de 1989, portanto, filiei-me a um partido político e passei a fazer militância política, junto com o Dr. Enéas, viajando pelo País, inclusive por Mato Grosso do Sul, Estado para onde fui determinado a ir pelo Dr. Enéas. Trabalhei naqueles interiores a fim de alcançar o número de filiações necessárias para que o Partido, junto com as filiações obtidas em outros estados do Brasil, inclusive no nosso Amapá, recebesse o registro definitivo.

Nessa convivência com o Dr. Enéas, conheci um homem estudioso, culto, inteligentíssimo e determinado. Este, o Enéas que conheci e a quem o Brasil deve homenagens.

Como falei, em 1989, lançou-se candidato à Presidência da República pelo Prona e ficou famoso. Na eleição de 1994, concorreu novamente à Presidência e, para surpresa de muitos, teve uma expressiva votação. Recebeu 4,6 milhões de votos. Chegou em terceiro lugar, à frente de políticos mais conhecidos, como os ex-Governadores Leonel Brizola e Orestes Quércia.

Em 1998, novamente concorrendo à presidência, ficou em quarto lugar, com 1,4 milhão de votos. Em 2002, candidatou-se a uma vaga na Câmara Federal e foi eleito deputado pelo Estado de São Paulo, com uma votação histórica: 1,5 milhão de votos, a maior até hoje recebida por um candidato a Deputado Federal no País.

Como parlamentar, Enéas sempre foi crítico das ações do Governo Federal e participou ativamente dos trabalhos da Câmara, sendo titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Teve também participação destacada nos debates sobre a reforma da Previdência e sobre a reforma tributária.

Já sentindo os efeitos da doença, Enéas participou de mais uma campanha eleitoral em 2006 e conseguiu um novo mandato de Deputado Federal, recebendo 387 mil votos.

Enéas sempre foi um apaixonado pelo Brasil, pela força adormecida de nossa Nação, que muitos governantes não souberam transformar em energia para melhorar a vida dos brasileiros. A coragem e a determinação são as principais qualidades que Enéas pôde deixar para os brasileiros. Coragem e determinação para defender nosso País, nosso povo, nossas riquezas.

Disse certa vez Rui Barbosa:

A Pátria não é ninguém: são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo. A Pátria é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.

Que o exemplo de Enéas, um grande defensor de nossa Pátria, não seja esquecido por nós, parlamentares, e pelo povo brasileiro!

Rogo a Deus que seus familiares recebam consolo neste momento e que tenham força e fé para preservar a memória desse grande brasileiro, grande médico e grande amigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, presidente e médico, Senador Papaléo Paes, para os médicos não é comum, não se prestam homenagens, desfiles ou festividades. Os médicos são lembrados justamente na hora da dor, da infelicidade, do infortúnio, da desgraça.

É muito justa, então, essa homenagem que o Brasil todo, inclusive a classe médica e não só o Congresso, presta a Enéas. Eu o conheci, não tão na intimidade como Papaléo, que pratica a mesma especialidade médica. Mas, sou da mesma geração, convivi com Enéas.

Tião Viana, o que mais quero é trazer o significado dele. Como médico, fez da ciência médica a mais humana, foi um benfeitor da humanidade. S. Ex^a teve livros publicados de cardiologia, de eletrocardiografia – eu os li e estudei. Senador Papaléo, como político, já foi analisada a sua importância, a sua coragem, mas há um dado que tem de ser lembrado. Como disse Shakespeare, o mal que se faz fica, o bem é enterrado com os ossos. Mas, ele fez o bem a que temos de nos voltar.

Enéas foi esse fenômeno de votos. Teve tantos votos, que carregou nas costas quase uma dezena de deputados federais. E a maldade achou que ele tivesse recebido dinheiro para eleger deputados federais, com votações pequenas, pela liderança dele.

E foram vasculhadas suas contas bancárias. Não foi encontrado nenhum depósito na conta de Enéas, depósito de ninguém! Esse é um exemplo que quero ressuscitar aqui, a virtude da honestidade e da probidade do político que foi.

E o sentimento que devem ter seus eleitores, que confiaram nele, que o consagraram? Eu, que tenho 40 anos de médico, assim como o Senador Papaléo Paes e o Senador Tião Viana, que devem ter um bocado de anos, sabemos que o sentimento maior é do seu cliente.

Tenho um colega íntimo, que foi muito jovem e brilhante como ele e que estava acometido da mesma

doença: Mário Lages, cardiologista. Foi médico meu, do meu pai, da minha família, amigo, de uma inteligência igual à do Enéas. Olha que o homem era cirurgião plástico, clínico, cardiologista, administrador hospitalar e pioneiro da ultra-sonografia; criou o Hospital Santa Edwiges com seu irmão, Paulo Lages.

Senador Papaléo Paes, ele era da minha intimidade, meu irmão; fiz a cesariana da sua esposa, Maria Rosa, de todos os filhos. E ele agüentou essa doença, a leucemia. Lógico que era tão brilhante, que dizia que o diagnóstico era fácil. E desaparecia, Tião, lá da Parnaíba, esse médico, amigo; alegava que ia fazer um curso. Eu dizia: “Mário, você já sabe tudo. Que curso?” Não era isso. Ele ocultou a doença e, numa dessas viagens, não voltou mais.

Se o tempo me sensibilizou, como Governador do Estado coloquei seu irmão, o Dr. Paulo Lages que, com inteligência, brilho e obstinação, foi um extraordinário secretário de saúde.

Então, estou também analisando os seus clientes como devem estar sofrendo. Essas são as palavras de reconhecimento, de apreço do Piauí, onde ele deve ser homenageado, porque Mário Lages, que como ele, que morreu de leucemia, cardiologista, coloquei no maior ambulatório da Previdência Social, na Praça Nossa Senhora das Graças – Ambulatório Médico Cardiologista Mário Lages.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo, para encaminhar a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão também de assinar o requerimento e de encaminhá-lo pela Liderança do Governo por reconhecer o valor do Deputado Enéas Carneiro.

Desejo registrar que ele tem uma página escrita na história política brasileira. Ele foi um fenômeno político; tocou o coração e a mente dos brasileiros; foi um deputado e candidato a presidente peculiar, pois, mesmo sem tempo de televisão, levou a sua mensagem de forma diferente, chegando à população sem dúvida alguma. Elegeu-se deputado federal por São Paulo por várias vezes, com votação bastante expressiva, o que demonstrava, efetivamente, a sua ligação com a realidade brasileira.

Então, em nome do Governo, quero apresentar as nossas condolências à família do Deputado Enéas, aos seus companheiros, aos seus funcionários, seus seguidores de partido, enfim, a todos aqueles que, de alguma forma, estavam ligados à sua vida política e familiar.

Sem dúvida alguma é uma perda para a Câmara dos Deputados, e a Liderança do Governo, sensibilizada, faz esse requerimento em conjunto com os Srs. Senadores, apresentando os votos de condolências a toda a família e à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvindo os encaminhamentos de votação do requerimento de autoria do Senador Papaléo Paes e dos outros Senadores que o subscrevem, a Mesa se associa às manifestações de profundo pesar e expressa sua compreensão de que o Dr. Enéas Carneiro, por ser uma figura distinta da vida política brasileira, pelos votos que obteve, pelas posições assumidas, pela condição de cardiologista brilhante que foi, autor de inúmeros livros sobre a cardiologia médica no Brasil, físico, matemático, professor universitário, é merecedor das inúmeras homenagens que lhe são feitas pelo Senado Federal neste momento.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação do Plenário.

Será observado, neste momento, um minuto de silêncio em memória do Deputado Federal Enéas Carneiro e, a seguir, será levantada a sessão.

(O Plenário guarda um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançou, há bem pouco, uma cartilha de extrema relevância social em nosso País. Trata-se de uma espécie de manual de esclarecimento público intitulado “*Adoção passo a passo – mude um destino*”, em favor das crianças brasileiras que vivem em abrigos. Na verdade, o objetivo editorial se concentra fundamentalmente na tarefa de prestar informações precisas sobre o processo de adoção.

De fato, a publicação da cartilha integra uma campanha mais ampla da AMB, que traz como bordão o seguinte enunciado: “Ajude a dar uma chance a quem não teve chance alguma”. Mais que promover a adoção, pretende lançar luz sobre o caráter provisório dos abrigos brasileiros, estimulando o processo indispensável da reinserção familiar de milhares de meninos e meninas do Brasil.

Segundo o Presidente da entidade, Rodrigo Collaço, o engajamento de toda a sociedade brasileira na discussão desse grave problema ensinará, necessariamente, condições para formular soluções viáveis. Nessa perspectiva, a angustiante distância entre casais que desejam filho e as crianças que desejam uma família tende a um inevitável e auspicioso estreitamento.

Sem dúvida, tal distanciamento deve ser reduzido a qualquer preço, o mais baixo dos quais nos remete à disseminação pública das informações básicas. Por isso mesmo, a revista da AMB cumpre o relevante papel de reunir dados essenciais alusivos ao processo e aos procedimentos que envolvem a adoção.

Nesse contexto, a equipe editorial responsável pela revista *"Adoção passo a passo"* organiza com muita destreza a distribuição dos assuntos pelos capítulos. De modo bem didático, dispensa ao capítulo primeiro um tratamento mais elucidativo naquilo que se refere à adoção de crianças e adolescentes. Elaborado na forma de pequenas indagações, se destina a responder dúvidas elementares, que se estendem desde, por exemplo, "a adoção depende do consentimento dos pais biológicos?", até "o que é um apadrinhamento afetivo?".

Já o segundo capítulo explora mais detalhadamente as características e o perfil das crianças potencialmente adotáveis. Presta, assim, um notável serviço à sociedade brasileira, demolindo mitos e preconceitos a que, historicamente, tem sido submetida a discussão do tema em nosso País. Um dos pontos altos do capítulo é aquele que aponta a facilidade com que, hoje, se pode adotar crianças crescidas, em contraste com o processo de adoção de bebês.

No terceiro capítulo, a cartilha reserva espaço especial ao esclarecimento das condições necessárias para o preenchimento do perfil de pais dispostos à adoção. Além de pormenorizar as características mínimas recomendadas aos candidatos a pais, o capítulo realça que um candidato homossexual está perfeitamente autorizado a pleitear uma adoção, desde que se comprovem as reais vantagens para o adotando, dentro de um ambiente familiar adequado. É um avanço.

No capítulo seguinte, o quarto, a ênfase recai sobre os procedimentos formais antepostos à adoção. Trata-se de um trecho extremamente importante e esclarecedor, importante para um conjunto enorme de brasileiros interessados na adoção.

Em primeiro lugar, vedam-se quaisquer iniciativas que proponham realizar adoção mediante procuração. A inscrição deve ser feita junto ao Fórum da cidade

onde o candidato habita. A partir daí, entrevistas com uma equipe técnica são agendadas junto às varas da infância e da juventude.

A exigência das entrevistas decorre da necessidade de se conhecer as reais motivações e expectativas dos candidatos a pais adotivos. Composta por psicólogos e assistentes sociais, a equipe técnica está preparada para detectar eventuais dificuldades ao sucesso da adoção. Em resumo, compete-lhe conciliar as características das crianças aptas à adoção com as características das crianças imaginadas pelos adotantes.

Uma vez habilitado, o candidato ingressa numa espécie de cadastro geral. A análise psicossocial será confrontada com o leque de crianças disponíveis à adoção no âmbito de uma determinada comarca. Após a checagem das compatibilidades mútuas, o pretendente é autorizado a conhecer a criança selecionada, em ambientes como as varas, os abrigos ou em hospitais. A aproximação deve ser gradativa, respeitando o tempo afetivo da despedida dos vínculos anteriormente estabelecidos. Tal estágio de convivência deve ser acompanhado pela equipe psicossocial antes da sentença final do juiz sobre o pedido de adoção.

Por fim, no sexto capítulo, a cartilha explora o exercício indispensável de dar ouvidos à história de vida da criança adotada. A elaboração das experiências vividas pela criança deve ser estimulada pelos novos pais, de sorte a que esta possa desenvolver um discurso expressivo sobre sua própria história de vida, de suas raízes. Isso, seguramente, vai contribuir para que os pais escolham a ocasião mais adequada para falar sobre a origem do filho adotado.

Sr. Presidente, à guisa de conclusão, reitero meus cumprimentos à Associação dos Magistrados Brasileiros por mais um trabalho realizado. A cartilha em apreço merece não somente o aplauso daqueles que militam pela causa da adoção no Brasil, mas sobretudo o agradecimento de toda a sociedade brasileira. Direta ou indiretamente, a todos interessa a publicação de uma cartilha metodicamente elaborada para esclarecer todas as dúvidas que cercam tão delicado tema. Enfim, saudemos a revista em apreço, na expectativa de tenha uma circulação a mais ampla possível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007, que *dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007, que *dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007, que *altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007, que *regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga*

dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de 2004; e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 348, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2007, *que institui o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura – FIP-IE e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 348, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2007, *que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF* (proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 349, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007, *que institui o*

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 349, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 352, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11 de 2007, *que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (proveniente da Medida Provisória nº 352, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

10

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 340, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2007, *que efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de*

12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 340, de 2006). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

11

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 351, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2007, que *cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925 de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de*

1977; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 351, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

12

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País* (proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-4-2007)

Prazo final (prorrogado): 25-6-2007

13

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 356, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 356, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de cem milhões de reais, para os fins que especifica*.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-4-2007)

Prazo final (prorrogado): 6-7-2007

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, *que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

17

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), *que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, *que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).*

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.*

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de*

1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco*

Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

31

REQUERIMENTO Nº 123, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 123, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore, pelo documentário intitulado **An Inconvenient Truth** (Uma Verdade Inconveniente).

Parecer favorável, sob nº 290, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.


(Levanta-se a sessão às 14 horas e 33 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

07/05/2007
segunda-feira

- 15:00** - Primeira Sessão e posse dos integrantes do Parlamento do Mercosul, indicados pelos Congressos Nacionais de cada país do bloco, a convite do Senador Alfonso González Nuñez, Presidente do Parlamento do Mercosul

Sede do Palácio Legislativo - Sala da Assembléia Geral - Av. Del Libertador Brig. Gral Lavalleja - Montevidéu


Martha Pura Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3525 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 008303/07-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a ISA GOMES DOS ANJOS, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ DOS ANJOS, matrícula 8592-ERGON, a partir da data do óbito, 05/04/2007.

Senado Federal, em 07 de maio de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PT/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS